
REVISTA DE GEOGRAFIA



utjf
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUIZ DE FORA

DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NA AGENDA INTERNACIONAL

SUSTAINABLE URBAN DEVELOPMENT IN INTERNATIONAL AGENDA

Charles Serra Tabarin

Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.
Cidade Universitária Zeferino Vaz - Barão Geraldo, Campinas - SP, 13083-970
E-mail: charles.serrat@gmail.com

Resumo

O desenvolvimento sustentável ganhou relevância com discussões internacionais na década de 1960 sobre os limites do meio ambiente com o Clube de Roma e, posteriormente a temática foi incorporada às Nações Unidas, com a criação de Conferências e acordos relacionados. Em um contexto internacional de Globalização, o mundo se apresenta cada vez mais urbano e a cidade concentra grande parte das relações humanas. O desenvolvimento sustentável se mescla a questão urbana e a sustentabilidade urbana ganha relevância, já que pode ser considerado o primeiro passo para se atingir o desenvolvimento sustentável a nível nacional e internacional, projetando-se como pauta internacional. Com isso, o objetivo deste trabalho foi averiguar a abordagem internacional do desenvolvimento urbano sustentável, assim como sua evolução, críticas e os desafios para a viabilização de cidades sustentáveis.

Palavras-chave: Desenvolvimento urbano sustentável; agenda internacional; meio ambiente.

Abstract

The sustainable development gained relevance with international discussions in the 1960s about the limits of the environment, with the Club of Rome and subsequently the theme was incorporated into the United Nations, with the creation of Conferences and related agreements. In an international context of globalization, the world is more and more urban and the city concentrates much of human relations. Sustainable development blends the urban question and urban sustainability is highlighted, as it can be considered the first step towards achieving sustainable development at national and international level, projecting itself as an international agenda. In that way, the objective of this work was to investigate the international approach to sustainable urban development, as well as its evolution, criticism and the challenges for the viability of sustainable cities.

Keywords: *Sustainable urban development; international agenda; environment.*

1. Introdução

O mundo tem se tornado cada vez mais urbano. A população habitante dos espaços urbanos ultrapassou a do campo em 2007 e, atualmente, aproximadamente 54% da população mundial reside em cidades, porcentagem que alcançará 66% em 2050, de acordo com as Nações Unidas (2012). Com isso, a importância das urbes se intensifica nos séculos XX e XXI, alcançando projeção internacional, como espaços da Globalização e, emerge a necessidade de acompanhar e controlar o crescimento e desenvolvimento das cidades.

A questão ambiental emerge na década de 1960 e o Clube de Roma, em 1968, inaugura as discussões sobre a degradação do meio ambiente em escala internacional. A Organização das Nações Unidas acata a problemática e, em 1972, promove a Primeira Conferência sobre Meio Ambiente em Estocolmo, que foi base para a construção do direito e diplomacia ambiental.

Na década de 1980, o aspecto ambiental é incorporado ao conceito de desenvolvimento, junto à sustentabilidade. Já em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável ganha relevância com a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”, levando o conceito ao discurso público. Desde então, sua importância se ampliou e sofreu transformações, agregando abordagens progressistas, que promova maior justiça social, melhoria da qualidade de vida da população, de ambientes mais dignos e saudáveis, em conjunto com um compromisso com o futuro.

Posteriormente, o desenvolvimento sustentável é incorporado à questão urbana, dando origem ao desenvolvimento urbano sustentável. Isto se deu com a realização da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, que seguindo na linha da Rio-92¹, discutiu a questão urbano-ambiental, definindo a sustentabilidade como princípio, e os assentamentos humanos sustentáveis como objetivo a ser perseguido.

¹ A Rio-92 ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento foi uma conferência de chefes de estado organizada pelas Nações Unidas, em 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, com o objetivo de debater os problemas ambientais mundiais.

Com isso, o objetivo deste trabalho foi averiguar a abordagem internacional do desenvolvimento urbano sustentável, assim como sua evolução, críticas e os desafios para a viabilização de cidades sustentáveis.

2. Desenvolvimento Sustentável

A teoria do desenvolvimento econômico tem diferentes abordagens e sofreu alterações com o tempo, especialmente na diferenciação entre o crescimento e desenvolvimento econômico. Duas das principais correntes teóricas vinculam ou não o desenvolvimento ao crescimento econômico. A corrente mais teórica considera o crescimento como sinônimo de desenvolvimento e, dessa forma,

o desenvolvimento é visto como um processo histórico de crescimento sustentado da renda ou valor adicionado por habitante, implicando em melhoria do padrão de vida da população, que resulta de um processo sistemático de acumulação de capital e do incremento de conhecimento ou progresso técnico ao sistema de produção (DUARTE, 2015, p. 195).

Já a corrente mais realista empírica, entende que o crescimento é imprescindível para o desenvolvimento, contudo não é condição suficiente. Ou seja, “o desenvolvimento implica em mudanças qualitativas no padrão de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas” (DUARTE, 2015, p. 196).

Embora não haja consenso sobre o conceito de desenvolvimento, entende-se, por meio da segunda corrente, que este pode ser compreendido como o crescimento econômico, isto é, variações positivas em indicadores econômicos, associado a variações positivas em variáveis qualitativas, como a qualidade de vida, saúde, educação, infraestrutura e entre outros aspectos sociais, avaliados por meio de indicadores (DUARTE, 2015).

A década de 1960 trouxe consigo debates sobre os limites do meio ambiente e os riscos da degradação ambiental, e das relações entre o meio ambiente e o homem. Com isso, novos paradigmas são incorporados à teoria do desenvolvimento. Dentre elas, pode-se destacar o desenvolvimento sustentado, qualidade de vida, desenvolvimento humano, desenvolvimento econômico local endógeno.

Os debates sobre problemas mundiais como a degradação do meio ambiente e a acelerada urbanização ascendem à escala internacional com a criação do grupo Clube de Roma. O grupo, fundado em 1968 por um grupo de pessoas (cientistas, educadores, economistas, funcionários públicos) representando dez países, discutiu e elaborou um relatório com o objetivo de examinar problemas inerentes a todas as sociedades, especialmente relacionados ao ambiente: pobreza e abundância, deterioração do meio ambiente, não confiança nas instituições, expansão urbana, insegurança no emprego, alienação da juventude, rejeição aos valores tradicionais, inflação e outros problemas econômicos (ANTONUCCI, KATO, ZIONI, ALVIM, 2009).

Dada a situação, os secretários-gerais da Organização das Nações Unidas Maha U Thant e Kurt Waldheim², estendem esses debates e as preocupações à organização, resultando em uma série de Conferências Mundiais. Dessa forma, "Kurt Waldheim tentou exercer o papel de mediador entre os interesses das grandes potências e os do Terceiro Mundo, inaugurando e participando de uma série de conferências da ONU cujos focos eram os problemas mundiais emergentes" (ANTONUCCI, 2010, p. 24).

Em 1972, as mobilizações culminam na Conferência sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972), promovida pela organização. Segunda a ONU (2017),

O evento foi um marco e sua Declaração final contém 19 princípios que representam um Manifesto Ambiental para nossos tempos. Ao abordar a necessidade de "inspirar e guiar os povos do mundo para a preservação e a melhoria do ambiente humano", o Manifesto estabeleceu as bases para a nova agenda ambiental do Sistema das Nações Unidas.

A Conferência de Estocolmo é tida como a introdução ao direito ambiental internacional, dando base com a inserção de conceitos e princípios que evoluíram e resultaram na atual diplomacia na área do meio ambiente.

Ainda em 1972, a Assembleia Geral da ONU criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, cujas prioridades são aspectos ambientais das catástrofes e conflitos, a gestão dos ecossistemas, a governança ambiental, as

² Maha Thray Sithu U Thant foi o terceiro Secretário-geral das Nações Unidas, com dois mandatos entre 1962 e 1971. Já Kurt Josef Waldheim foi Secretário-geral da ONU de 1972 a 1981.

substâncias nocivas, a eficiência dos recursos e as mudanças climáticas (ONU, 2017).

O termo desenvolvimento sustentável foi cunhado no mesmo ano (1972), no livro *The Limits to Growth* escrito por um grupo de cientistas americanos do MIT, que tratava de fatores limitantes ao desenvolvimento no planeta, como a população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição. Para a superação da limitação e futuro esgotamento de recursos, propunham a implantação de uma estabilidade ecológica e sustentável.

Nos anos 1980, o aspecto ambiental é incorporado às discussões sobre o desenvolvimento e seus indicadores, juntamente com a maior relevância do tema da sustentabilidade. De acordo com Claudete Vitte (2002), o “meio ambiente passou a ser visto como um sistema de recursos e um potencial produtivo para uma estratégia alternativa de desenvolvimento” (VITTE, 2002, p. 41).

Para Claudete Vitte (2002),

O desenvolvimento sustentável (...) é um avanço em relação ao ecodesenvolvimento. Considera os limites do meio ambiente, mas se interessa em criar condições sustentáveis e que garantam a qualidade de vida dos indivíduos, agregando a dimensão humana à discussão (VITTE, 2002, p. 45).

Posteriormente, abre-se espaço para a necessidade de um novo indicador que conciliasse os múltiplos aspectos da vida social associados à discussão ambiental e ao desenvolvimento sustentado.

Em abril de 1987, a médica e presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Gro Harlem Brundtland, junto à Comissão, publica o relatório “Nosso Futuro Comum”, que levou o “conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público” (ONU, 2017). O relatório traz que

O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades. (...) requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos. (...) é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança

institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas (ONU, 1987).

Em 1992, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, Brasil, cujo objetivo era elaborar estratégias e medidas com a finalidade de deter e reverter a degradação ambiental, bem como promover o desenvolvimento sustentável (PIGA, 2015).

A agenda 21, resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, teve como marca “a defesa do modelo de desenvolvimento sustentável, propondo um tipo de desenvolvimento que tenha os seres humanos como centros das preocupações, de forma que eles tenham uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza” (VITTE, 2002, p. 45). Desde então, a noção de sustentabilidade acompanha os debates sobre desenvolvimento.

Continuando as Conferências da ONU sobre o Meio Ambiente, em 2002, na África do Sul, ocorreu a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10). O evento buscou avaliar os acordos e convênios firmados na Rio-92. A Rio+10 é “tratada por alguns autores como frustrante devido aos muitos impasses ocorridos” PIGA, 2015, p. 185). Há uma entrada da questão social na Conferência, com o destaque do combate aos problemas causados pela Globalização (PIGA, 2015).

Mais recentemente, ocorreu a Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável), que retornou a cidade do Rio de Janeiro, Brasil, no ano de 2012 e, teve como principal objetivo a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. O documento final enfatiza a necessidade de integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômica e ambiental, que se vinculam (MARCO, 2017).

Em 2015, a Organização das Nações Unidas organizou, em sua sede em Nova Iorque, a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, discussão na qual os Estados-membros e a sociedade civil negociaram suas contribuições. Foram definidos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que substituem os Objetivos do Milênio (ODM), encerrado no ano de 2015 (ONU, 2017). A ONU (2015) descreve em documento os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas que estamos anunciando hoje demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Levam em conta o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e procuram obter avanços nas metas não alcançadas. Buscam assegurar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Por fim, compreende-se que o conceito de desenvolvimento sustentável, amplamente utilizado nas teorias do desenvolvimento recentes abrange o desenvolvimento não apenas como uma questão econômica, mas também por pautas ambientais e sociais, visando promover o real desenvolvimento social, com a utilização racional dos recursos naturais.

3. Desenvolvimento Urbano Sustentável

A população mundial se tornou predominante urbana no ano de 2007, segundo a Agência Habitat da ONU, e essa realidade se reflete nas formas de ocupação do espaço urbano, levando-se a discussões mundiais sobre as problemáticas envolvidas, como a qualidade de vida desses habitantes e o ambiente como um todo.

Essas discussões em nível internacional se iniciam com o Clube de Roma, em 1968, no qual foram debatidos os problemas globais emergentes. Na década de 1970, a Organização das Nações Unidas realiza uma série de conferências mundiais sobre tais problemas e, uma das mais relevantes é a Conferência de Vancouver em 1976.

A Conferência de Vancouver ou Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I) realizou-se entre os dias 31 de maio e 11 de junho de 1976, na cidade canadense referida. O encontro resultou na “Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos”, documento que agrupa as principais questões tratadas no evento. Na primeira edição da Conferência, “os Estados reconheceram o explosivo crescimento demográfico e a urbanização como

fenômenos em escala mundial e a necessidade de reflexão sobre esse processo e seus problemas” (IPEA, 2016, p. 9).

Na Declaração de Vancouver, um dos documentos resultantes do Habitat I, juntamente com o Plano de Ação de Vancouver, estabelece dezenove diretrizes gerais que visam a melhoria da qualidade de vida através de uma distribuição mais equitativa dos benefícios do desenvolvimento econômico (BIAU, 2006). Essa edição ressaltou a melhoria da qualidade de vida e da igualdade entre os cidadãos no que tange o desenvolvimento econômico, contudo, o foco ambiental-sustentável não ganha destaque.

Já a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (ou Habitat II) ocorreu em Istambul, na Turquia, no ano de 1996, ganhando grande repercussão, seguindo na linha da Rio-92, assim “as discussões giraram em torno da questão urbano-ambiental, ao definir a sustentabilidade como princípio, e os assentamentos humanos sustentáveis como objetivo a ser perseguido” (ANTONUCCI, 2010, p. 45). Ao traçar o debate com outros órgãos, não somente governamentais, o Habitat II exaltou a descentralização agregando e possibilitando a participação dos governos locais, organizações não governamentais, movimentos populares, sindicatos, parlamentares e acadêmicos, sem intermédio do poder estatal.

Nessa edição, a urbanização passou a ser vista como uma oportunidade, e as cidades, enquanto vetores de desenvolvimento (ANTONUCCI, 2009). O Habitat II adotou dois grandes objetivos: Moradias Adequadas para Todos (Direito à moradia) e Desenvolvimento de Assentamentos Humanos Sustentáveis em um Mundo em Urbanização.

Um dos destaques dessa Conferência e dos documentos resultantes é a temática da sustentabilidade urbana, como mencionado anteriormente. Traçando paralelos com a Agenda 21, elucidou-se que “a sustentabilidade do planeta passava necessariamente pela sustentabilidade de suas cidades, territorializando localmente os temas abordados pelas conferências anteriores” (ANTONUCCI, 2010, p. 73).

A sustentabilidade urbana, segundo Acsehrad (1999), pode ser definida de acordo com a maior eficiência no uso dos recursos naturais, econômicos e

financeiros, com limitações específicas de cada sítio urbano ou pela capacidade de distribuição igualitária dos benefícios e ônus da vida urbana, a todos os habitantes, viabilizando níveis adequados de qualidade de vida.

A cidade concentra grande parte das relações humanas e, a partir disso, pode-se pensar a abordagem do desenvolvimento sustentável a partir da cidade, o que se reflete na sustentabilidade global, assim como o inverso ocorre (SCHUSSEL, 2004).

De acordo com Schussel (2004), a cidade sustentável ideal congregaria funções com o objetivo de: garantir as economias de aglomeração e de proximidade; favorecer a acessibilidade e a interação social; permitir uma integração em rede com o mundo exterior; e em que o máximo de bem-estar coletivo é resultado de integração positiva entre o meio ambiente natural, o patrimônio histórico cultural, a economia e a sociedade.

Com o avanço das discussões internacionais sobre o desenvolvimento sustentável, e, recentemente, com a aprovação dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em 2015, pela ONU, a pauta do desenvolvimento urbano sustentável também foi debatida, resultando no Objetivo 11 deste documento. O Objetivo 11, ou Objetivo Urbano, tem como meta “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2015).

Segundo o documento do MINURVI (Fórum de Ministros e Autoridades Máximas de Habitação e Urbanismo de América Latina e Caribe)

En definitiva, esta ocasión representa una oportunidad única para abordar los temas del desarrollo desde una perspectiva urbana que sea integral con las zonas rurales y a la vez de alcance interescalar, es decir, local, regional y nacional (MINURVI, 2016, p. 20).

O documento enfatiza a

contribución potencial de la urbanización al desarrollo sostenible de los países, bajo las condiciones de estar bien planificada, de considerar las relaciones y la continuidad entre áreas rurales y urbanas, y, de favorecer un marco de referencia para orientar las decisiones hacia ciudades y

territorios más conectados, integrados y compactos (líneas directrices internacionales sobre planificación urbana y territorial) (MINURVI, 2016, p. 20).

E destaca ainda a importância da atuação dos governos subnacionais na promoção do desenvolvimento urbano sustentável, como forma de contribuir também o desenvolvimento sustentável nacional.

Por fim, a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) foi realizada em 2016, na cidade de Quito, no Equador. Buscou a discussão de uma Nova Agenda Urbana, ainda almejando a urbanização sustentável. Entre as principais disposições do documento chamado de “Declaração de Quito Sobre Cidades Sustentáveis e Assentamentos Urbanos para Todos”, está a igualdade de oportunidades para todos; o fim da discriminação; a importância das cidades mais limpas; a redução das emissões de carbono; o respeito pleno aos direitos dos refugiados e migrantes; a implementação de melhores iniciativas verdes e de conectividade, entre outras. A Conferência e sua preparação contaram com a participação de diversos atores, como Estados-Membros, organizações multilaterais, governos locais, setor privado, sociedade civil e Organizações Não-Governamentais (ANTONUCCI, 2010).

Junto à forte discussão sobre o Direito à Cidade como “um novo paradigma para o Desenvolvimento Urbano” e como “o centro da nova Agenda Urbana”, a sustentabilidade urbana e ambiental foi destaque na Conferência e nos documentos finais. Destaca em seu texto a contribuição que faz para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e também para a conquista dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), “incluindo o Objetivo 11 sobre o desenvolvimento de cidades e assentamentos urbanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”.

Reúnem-se diferentes opiniões, culturas e outras particularidades que resultam em polêmicas divergências, que precisam ser superadas para um efetivo acordo que contemple a todos os participantes.

Os debates traçados nas Conferências Habitat superam “o tema urbano visto apenas enquanto setores ou serviços (habitação, mobilidade, saneamento e planejamento), e tange essencialmente temas transversais, macroeconomia,

geopolítica, segurança internacional, saúde pública, além do debate sobre direitos humanos e compromissos estratégicos de desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental” (BALBIM, 2016, p. 290).

Finalmente, o desenvolvimento urbano sustentável é utilizado por parte das cidades, em um contexto de competição global por fluxos de capitais, como uma forma de se tornarem atraentes.

Críticas ao desenvolvimento urbano sustentável

Mesmo com a disseminação dos conceitos ligados à sustentabilidade atrelados ao desenvolvimento, tratando-os como algo positivo, inúmeros autores contestam a tese do desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente ao desenvolvimento urbano sustentável.

O desenvolvimento sustentável é visto como a última tentativa de articular natureza, modernidade e capitalismo antes do advento de uma nova ordem do sistema de produção vigente.

Para Escobar (1996)

o discurso do desenvolvimento sustentável propõe a reconciliação de dois antigos inimigos — o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente — sem ajustes significativos nos sistemas de mercado. A reconciliação é resultado de operações discursivas complexas envolvendo o capital, representações da natureza, gestão e ciência. No discurso do desenvolvimento sustentável, a natureza é reinventada como meio ambiente para que o capital, não a natureza ou a cultura, possam ser sustentados (ESCOBAR, 1996, p.49).

Pode-se ainda associar a questão da sustentabilidade às reestruturações urbanas discutidas por Edward Soja (1993), as quais são resultados de rupturas na ordem vigente de produção e reprodução das cidades para superar crises e proporcionar a sobrevivência do Capitalismo.

Por vezes a pauta ambiental é colocada acima da social, ou mesmo a questão econômica, que envolve o desenvolvimento urbano sustentável ganha prioridade. As políticas urbanas promovidas por agências (Habitat, PNUD e Banco Mundial) tratam do tema desenvolvimento social e qualidade de vida nas cidades.

Contudo, segundo Vitte (2002), “Há, na verdade, várias controvérsias nas ações dessa agência (Banco Mundial), e não são poucos os que defendem que as ações de ajustamento e de cunho social propostas pelo Banco afetaram negativamente os países pobres” (VITTE, 2002, p. 46). O Banco Mundial tem sido um dos grandes incentivadores da incorporação do discurso do “desenvolvimento urbano sustentável” para a promoção de “cidades sustentáveis”.

4. Considerações Finais

As questões do desenvolvimento urbano sustentável tem se promovido a uma pauta internacional a partir dos anos 1980, e, dado que a cidade concentra grande parte das relações humanas, a sustentabilidade urbana pode ser o primeiro passo para se atingir o desenvolvimento sustentável a nível nacional e internacional. Isso poderia justificar a discussão internacional da sustentabilidade urbana, em conferência como a Habitat. Dessa forma, há possibilidade de discussões e resoluções acordadas em nível global, que podem ser adaptadas e aplicadas localmente, com o objetivo de atingir as metas estabelecidas.

A organização de conferências e medidas internacionais visando promover o desenvolvimento sustentável urbano é indispensável e viabiliza que países em desenvolvimento, onde estas práticas nem sempre são desenvolvidas, possam ter referências e auxílio na implantação dessas políticas urbanas em seu território, sempre buscando adaptá-las do cenário internacional para o nacional e local.

O planejamento e a gestão urbanos são instrumentos para o progresso do desenvolvimento urbano sustentável e, devem ser promovidos de forma democrática, com a atuação, principalmente, dos governos locais e nacionais, mas também de instituições internacionais comprometidas com o bem-estar das populações locais, das próprias populações, de empresas e organizações não governamentais.

Com o apresentado, compreende-se o surgimento e crescimento do conceito de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento urbano sustentável, além das críticas e desafios enfrentados para a promoção de cidades sustentáveis, em um contexto de globalização do capital. E, com isso, percebe-se a real necessidade das

discussões e estabelecimento de medidas do nível internacional ao local, passando pela escala nacional. É de suma importância transformar a questão urbana sustentável em pauta internacional, já que permite que países em desenvolvimento tenha acesso às boas práticas, medidas e auxílios que orientem a transformação de suas cidades em espaços mais democráticos, dotados de qualidade de vida e em um ambiente saudável.



5. Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. **Discursos da sustentabilidade urbana**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, nº. 1, p. 79-89, maio 1999.

ANTONUCCI, Denise; KATO, Volia Regina Costa; ZIONI, Silvana ; ALVIM, Angélica Benatti. **UN-Habitat: 3 décadas de atuação**. Arqtextos, São Paulo, ano 09, n. 107.01, Vitruvius, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/09.107/56>>. Acesso em: Fevereiro de 2017.

ANTONUCCI, Denise; ALVIM, Angélica Benatti; ZIONI, Silvana; KATO, Volia Regina Costa. **UN-Habitat: das declarações aos compromissos**. São Paulo, SP: Romano Guerra, 2010. 159 p.

BALBIM, Renato (org.). **Geopolítica das Cidades: velhos desafios, novos problemas**. Brasília: IPEA, 2016. 364 p.

BIAU, Daniel. **Vancouver 1976 – Back to the future**. In: Habitat Debate. UN-HABITAT, vol.12, n.2, June 2006.

CEPAL. **Desenvolvimento sustentável e assentamentos humanos**. 2017. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/areas-de-trabalho/desenvolvimento-sustentavel-e-assentamentos-humanos>. Acesso em: Outubro de 2017.

DUARTE, Vilmar Nogueira. **Desenvolvimento equilibrado versus desenvolvimento desequilibrado: uma breve revisão das principais teorias**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 17, n. 31, p. 194-205, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/3617/2701>. Acesso em: dezembro de 2017.

ESCOBAR, A. **Constructing nature: Elements for a poststructural ecology**. In: PEET, R.; WATTS, M. (Ed.). *Liberation ecologies: Environment, development, social movements*. London: Routledge, 1996. p.46-68.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório brasileiro para o Habitat III**. Brasília: ConCidades, IPEA, 2016.

MARCO, Cristhian Magnus De; MEZZARROBA, Orides. **O DIREITO HUMANO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONTORNOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.14 n.29 p.323-349 Mai./Ago. de 2017.

MINURVI (*Foro de Ministros y Autoridades Máximas de la Vivienda y el Urbanismo de América Latina y el Caribe*). **Desafíos, dilemas y compromissos de una agenda urbana común**. Naciones Unidas, Santiago, 2016.

ONU – Organização das Nações Unidas. **A ONU e o Meio Ambiente**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: Outubro de 2017.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Nosso Futuro Comum**. 1987. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>>. Acesso em: Outubro de 2017.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: Outubro de 2017.

PIGA, T. R.; MANSANO, S. R. V. **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E HISTÓRIA: Uma Análise Crítica**. Revista Perspectivas Contemporâneas, v. 10, n. 2, p. 174-195, mai./ago. 2015. In: <http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas>. Acesso em: Outubro de 2017.

SCHUSSEL, Z. das G. L. **O desenvolvimento urbano sustentável - uma utopia possível?** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 9, p. 57-67, jan./jun. 2004. Editora UFPR. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/3081/2462>. Acesso em: Outubro de 2017.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1993. 324 p.

VITTE, Claudete de Castro Silva et al. **Novas abordagens de desenvolvimento e sua inserção na gestão de cidades**. Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Annablume/FAPESP, p. 39-51, 2002.